

EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E IDEOLOGIA DE GÊNERO: O IMPACTO DO NEOCONSERVADORISMO NAS ESCOLAS

EDUCATION, HUMAN RIGHTS, AND GENDER IDEOLOGY: THE IMPACT OF NEOCONSERVATISM IN SCHOOLS

Igor Machado da Rosa¹
Jonathan Domingues²

Resumo: o artigo apresenta uma análise dos impactos do neoconservadorismo na educação brasileira, com foco na falácia da Ideologia de gênero e suas repercussões nas práticas docentes. O objetivo central é compreender os atravessamentos desse neoconservadorismo nas escolas e os movimentos de resistência de professores e professoras. A metodologia utilizada consistiu na análise de manchetes jornalísticas que documentam ataques a educadores que, de maneira crítica, buscam trabalhar questões de gênero e sexualidade sob a perspectiva dos Direitos Humanos. Os resultados evidenciam que, embora haja uma tentativa de silenciamento por parte de grupos reacionários, muitos educadores resistem e promovem discussões inclusivas e acolhedoras. Em síntese, o artigo destaca que a luta por uma educação democrática e plural continua, evidenciando a importância da solidariedade entre os docentes na construção de uma escola que respeite a diversidade e defenda os direitos de todos os sujeitos.

Palavras-chave: Diversidade Sexual e de Gênero; Identidade de Gênero; Jornal.

Abstract: this article presents an analysis of the impacts of neoconservatism on Brazilian education, focusing on the fallacy of Gender Ideology and its repercussions on teaching practices. The primary objective is to understand how neoconservatism intersects with schools and the resistance movements of educators. The methodology employed involved analyzing journalistic headlines that document attacks on educators who, critically, strive to address issues of gender and sexuality from a Human Rights perspective. The findings reveal that, despite attempts at silencing by reactionary groups, many educators resist and foster inclusive and welcoming discussions. In summary, the article emphasizes that the struggle for a democratic and plural education continues, highlighting the importance of solidarity among educators in building a school that respects diversity and defends the rights of all individuals.

Keywords: Sexual and Gender Diversity; Gender Identity; Journalism.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 2020, os currículos educacionais e os discursos pedagógicos passaram a destacar com mais frequência os Direitos Humanos, em resposta a uma sociedade cada vez mais atenta às questões de diversidade, equidade e inclusão. Outrossim, uma questão persiste: *até que ponto esses documentos norteadores, os materiais didáticos e as práticas docentes realmente trabalham em prol da efetivação dos Direitos Humanos nas escolas?*

¹Graduado em Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestrando em Educação pelo programa de pós-graduação da mesma universidade.

² Coordenador do Projeto Direitos Humanos e Educação. Doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência- Universidade Federal de São Paulo. Mestre em Educação Científica e Tecnológica - Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista em Educação, Sexualidade e Gênero - Faculdade Iguazu. Licenciatura em Pedagogia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Esse cenário se torna ainda mais complexo com a ascensão de discursos neoconservadores, que atacam diretamente a inclusão de temas como gênero e sexualidade nas escolas, acusando-os de promoverem uma falaciosa "*Ideologia de Gênero*". O impacto desses discursos no ambiente escolar, tanto nas práticas pedagógicas quanto nas relações entre docentes, discentes e suas famílias, tem sido um campo fértil de tensões e resistências.

Por exemplo, iniciativas como a inclusão de temáticas de gênero, raça e direitos das minorias nos currículos de várias redes de ensino surgiram como respostas às demandas sociais. Ademais, muitos professores e professoras ainda encontram dificuldades para abordar esses saberes de maneira prática e eficaz, enfrentando resistência tanto de discentes quanto de famílias. Outro exemplo pode ser observado nos materiais didáticos, que nem sempre refletem a diversidade de vivências e realidades da sociedade atual. Dito isso, é basilar investigar se os princípios dos Direitos Humanos estão sendo integrados nas práticas escolares ou se permanecem apenas como diretrizes teóricas.

A pesquisa de Batista (2022), que teve como objetivo analisar a proposta pedagógica das Escolas Cidadãs Integrais no município de João Pessoa, buscou entender as aproximações e distanciamentos em relação à Educação em Direitos Humanos (EDH) nos seus Projetos Político Pedagógicos (PPP). Os resultados apontaram que, embora exista uma legislação normativa que prevê a incorporação de uma proposta de EDH nas Escolas Cidadãs Integrais, os avanços e conquistas efetivos na formulação das propostas curriculares formais dessas instituições foram limitados. Isso revela um descompasso entre o que é estipulado legalmente e o que é praticado, indicando a necessidade de maior esforço para concretizar a EDH nas escolas analisadas.

Em relação ao estudo de Araujo (2023) teve como objetivo investigar se os docentes que participam da formação continuada no município de Vila Velha possuem conhecimento suficiente sobre Direitos Humanos, de modo que esse conhecimento pudesse refletir diretamente na promoção da inclusão social e da dignidade humana. A pesquisa concluiu que há uma lacuna significativa na formação continuada dos professores no que se refere aos Direitos Humanos. Isso evidencia a necessidade urgente de elaborar diretrizes claras e norteadoras para a formação permanente e continuada em Direitos Humanos na educação do município, visando uma atuação docente mais inclusiva e comprometida com a dignidade humana.

Além disso, o fortalecimento de ideologias neoconservadoras e de discursos que desqualificam a Educação em Direitos Humanos têm gerado uma atmosfera de violência simbólica e física contra professores e professoras que se dedicam a esses temas. Docentes que ousam defender a educação de gênero, a equidade racial e a justiça social enfrentam ataques e, em muitos casos, demissões ou ameaças, o que contribui para o enfraquecimento de iniciativas pedagógicas inclusivas.

Com o fortalecimento da extrema direita e, conseqüentemente, do conservadorismo no país nos últimos anos, docentes que ousaram assegurar a efetivação dos Direitos Humanos e a Justiça Social, foram fortemente atacados, violentados, ameaçados e despedidos. Esse movimento reacionário, pode paralisar práticas voltadas para o acolhimento e justiça. Mas também pode potencializar resistências, fortalecer coletivos e construir pontes para uma educação ética.

Em síntese, este artigo busca analisar o impacto do neoconservadorismo, especialmente a falácia da "Ideologia de Gênero", na educação brasileira, e investigar as formas de resistência dos professores a essas pressões, destacando como esses educadores têm reagido para manter a promoção dos Direitos Humanos e a justiça social nas escolas.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Sabe-se que a partir do período de redemocratização diversas discussões voltadas aos direitos humanos, sobretudo, pensando em grupos subalternizados emergiram e começaram a ganhar espaço, como pode ser observado nos seguintes estudos: Amaro (2018), Passos & Mendonça (2021) e Moraes *et al.* (2020). Ademais, após o golpe³ que retirou a ex-presidenta Dilma Rousseff do poder, uma onda neoliberal e neoconservadora⁴ passou a se fortalecer no campo político brasileiro, influenciando as demais pessoas da sociedade.

Historicamente, o conceito de "Ideologia de Gênero" ganhou notoriedade no Brasil a partir dos anos 2000, especialmente com o fortalecimento de movimentos conservadores e grupos religiosos que começaram a questionar a abordagem das questões de gênero e sexualidade no âmbito educacional. A expressão, que não possui um significado acadêmico ou científico consolidado, foi inicialmente empregada por setores da sociedade que viam com receio as discussões sobre identidade de gênero, direitos LGBTQ+ e igualdade de gênero.

Esse termo foi construído à ideia de que a promoção desses temas nas escolas seria uma tentativa de doutrinação ideológica, buscando desconstruir valores familiares tradicionais e impor um modelo de sociedade radicalmente diferente, que é corroborado a partir das notícias que serão analisadas posteriormente.

Neste sentido, o uso de "Ideologia de Gênero" como um rótulo pejorativo foi intensificado principalmente a partir de 2011, quando a Convenção Nacional de Educação (CNE) e a UNESCO sugeriram a inclusão de temáticas de gênero nos currículos escolares, sendo esse movimento amplamente rejeitado por certos segmentos conservadores que viam na mudança uma ameaça à moralidade e à ordem social estabelecida.

³Para maiores informações, vide: Correa, Sônia & Kalil, Isabela. Políticas antigênero em América Latina: Brasil – a catástrofe perfecta? Gênero e Política em América Latina: *Observatorio de Sexualidad y Política* (SPW), 2020.

⁴ Utilizamos "neoconservadorismo" a partir de Lacerda (2019), onde teoriza que o conservadorismo contemporâneo vem sendo marcado pelo fundamentalismo religioso, pelo neoliberalismo e pela violência extrema.

Esse movimento reacionário foi ainda mais potencializado no Brasil com a posse de Jair Messias Bolsonaro à presidência. Bolsonaro, que há anos como deputado já vinha reproduzindo falas machistas e LGBT+fóbicas violentas, continuou expondo-as permanentemente enquanto chefe de Estado e, de alguma maneira, influenciou ou muniu outros representantes políticos a atacarem sujeitos já tão marcados pela violência e desigualdade.

Desse modo, analisou-se manchetes jornalísticas que apresentam ataques a docentes que insistem de forma resistente em trabalhar as questões de gênero e sexualidade numa perspectiva crítica, pautada nos Direitos Humanos.

Pontua-se que o estudo foi realizado na plataforma Google, utilizando os seguintes descritores: "ataque a docentes", "perseguição a professores" e "violência escolar contra educadores". Esses termos foram escolhidos para direcionar a busca de manchetes sobre a temática, permitindo uma análise crítica dos desafios enfrentados pelos docentes atualmente. Como forma de lapidar a pesquisa, escolhemos sites com maior alcance populacional.

A escolha dos descritores como "ataque a docentes", "perseguição a professores/as" e "violência escolar contra educadores" se deu pela sua relevância para o recorte específico de análise sobre as tensões envolvendo professores/as que abordam questões de gênero e sexualidade.

QUADRO 1 - Manchetes utilizadas

Jornal	Data da publicação	Título	Estado
A Tribuna	2020	Bolsonaro mudará livros didáticos em 2021	São Paulo
G1 SC	2018	Deputada estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores	Santa Catarina
G1 SC	2021	Prefeito de Criciúma demite professor por exibir clipe de música de Criolo com temática LGBTQIA+ em aula de artes	Santa Catarina
O Globo	2023	Professora é demitida após ser filmada ensinando linguagem neutra em escola privada de Santa Catarina	Rio de Janeiro
Intercept	2023	Professora é perseguida por apoiar inclusão de aluna trans em escola pública de Florianópolis	-----

Fonte: Autores (2024)

O critério de inclusão das manchetes levou em consideração a relevância dos casos reportados, sendo selecionadas aquelas que tratavam diretamente da perseguição e ataques a professoras e professores no contexto da educação, enquanto as de exclusão envolveram conteúdos que não atendiam ao foco da pesquisa ou eram de fontes consideradas não confiáveis.

Compreendemos assim, os jornais como Leite (2015) e Barros (2021), como fonte histórica e objeto rico em significações, representações, sentidos e interesses. Um artefato que está longe da neutralidade, ou seja, é fortemente político. Mas que levou um tempo para ser reconhecido como tal, pois antes da Escola dos Annales, havia uma demarcação rígida do que era ou não fonte histórica. Somente após essa virada historiográfica, os documentos “não oficiais” passaram também a ocupar lugar de objeto de análise. Segundo Martins e De Luca (2006):

Os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (De Luca, 2006, p. 08).

Esse viés político e ideológico das fontes jornalísticas, que são produzidas em contextos sociais e políticos específicos, pode influenciar diretamente a construção de narrativas sobre os temas analisados, como é o caso da educação e dos Direitos Humanos, e deve ser considerado no processo de análise das manchetes.

À vista disso, pode-se compreender que os jornais como instrumentos carregados de representações, narrativas, símbolos e significados, que acabam, muitas vezes, sendo internalizadas pelos sujeitos sem uma reflexão crítica e, por consequência, reproduzindo e mantendo padrões sociais e morais, relações hierárquicas e violentas, desigualdades e subalternização de grupos específicos.

Em relação à incorporação dos Direitos Humanos nas políticas educacionais brasileiras infere que se encontra em processo gradual e, muitas vezes, contraditório. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabeleceram a educação como um direito fundamental e a inclusão como princípio norteador da formação escolar, abrindo caminho para a promoção da diversidade e da equidade.

Outrossim, marcos legais, a saber: (i) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; (ii) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, orientam as escolas a integrarem princípios de cidadania, respeito à diversidade e igualdade de gênero e etnia. No entanto, a implementação prática desses princípios nas escolas encontra obstáculos significativos, particularmente devido à crescente ascensão de práticas neoconservadoras, que contestam a abordagem de gênero e sexualidade no currículo escolar.

Movimentos conservadores, em resposta a essas orientações, frequentemente acusam a educação de "doutrinação ideológica", resistindo à inclusão de temas de diversidade nos currículos e fomentando a polarização nas comunidades escolares.

Esse contraste entre as diretrizes legais e as resistências políticas e sociais reflete as tensões no campo educacional, onde a busca pela inclusão se confronta com visões conservadoras que priorizam valores tradicionais e hierarquizados.

Domingues & Sena (2024) sinalizam que:

Esses desafios podem ser exemplificados no Brasil através do movimento conhecido como Escola Sem Partido, cujos idealizadores e aderentes estariam em uma incessante tentativa de atravessar projetos de lei em todas as esferas do Poder Legislativo a fim de delimitar o que pode ou não ser feito em sala de aula. Dessa forma, o que projetos que seguem essa matriz pretendem, nas palavras do autor, é eliminar e combater a liberdade de educar e, sob a ótica de Paulo Freire, estar-se-ia tolhendo o auxílio a jovens e adultos no processo de —leitura do mundo|. Além dessa limitação ao ato de educar, o movimento —Escola Sem Partido - possuiria o potencial de criminalizar movimentos sociais da classe trabalhadora e também promover o ódio à Comunidade LGBTQ+ (Domingues; Sena, 2024, p. 4).

Os autores complementam sinalizando que a Escola Sem Partido:

[...] acaba visando a expansão do espaço familiar, que é um espaço privado, sobre o ambiente escolar, que pode ser considerado um espaço público de promoção de discussões essenciais à formação de cidadãos. Projetos que estejam enraizados nesses ideais têm a potencial intenção de desmantelar o ensino público e retirar a política do ambiente educacional, o que impede a livre interação entre docentes e discentes (Domingues; Sena, 2024, p. 4).

Neste sentido, corrobora-se com Domingues & Sena (2024) no que se refere ao letramento de gênero e sexualidade, pois, como afirmam os autores, “[...] essa prática não deve ser encarada como uma tarefa isolada, mas sim como uma oportunidade para cultivar habilidades críticas e promover um diálogo aberto” (Domingues; Sena, 2024, p. 14).

Ao integrar questões de gênero e sexualidade no processo educacional, como é o caso em baila deste artigo, cria-se um espaço de reflexão contínua, no movimento de ensino-formação, que ultrapassa o simples aprendizado de conceitos, permitindo que os indivíduos desenvolvam uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das relações de poder que envolvem essas temáticas.

Assim, o letramento de gênero e sexualidade se configura não apenas como uma estratégia e instrumento pedagógico, mas como um meio de empoderamento e transformação social, ao estimular a análise crítica dos padrões de comportamento e das normas impostas pela sociedade.

No próximo tópico, será abordado o neoconservadorismo na escola, com breves apontamentos sobre suas implicações e impactos no contexto educacional.

3 NEOCONSERVADORISMO NA ESCOLA: BREVES APONTAMENTOS

O neoconservadorismo emerge como uma corrente ideológica que busca reviver princípios associados ao conservadorismo tradicional, enfatizando valores familiares, a importância da ordem social e uma crítica ao liberalismo.

De acordo com Braghini & Sepulveda (2022):

Uma agenda conservadora só pode ser entendida a partir da compreensão histórica do discurso conservador. Os estudos que analisam os diferentes estilos de pensamentos conservadores mostram que a Revolução Francesa atuou como força catalizadora e como marco histórico do processo social de classificação de grupos, entre progressistas e conservadores, diante das diferentes propostas de transformação social que ampliam a participação política e o ordenamento jurídico, englobando as conquistas das camadas mais pobres da sociedade. Por refrear a ação social, o conservadorismo político cumpre um papel contrarrevolucionário e antidemocrático (Braghini; Sepulveda, 2022, p. 25).

Ademais, Braghini & Sepulveda (2022) afirmam que o conservadorismo:

[...] é um estilo de pensamento e ação social ativada, que possui algumas regras relativamente fixas, pois parte do princípio de que a ordem é uma condição natural na sociedade. É, quando mobilizado, é calculado, programado e pode ser recriado em novas vestes. Há retração conservadora, quando existe uma estabilidade estacionária. Isto é, conservadores não se ativam ou se opõem a qualquer mudança, por isso são mais evidentes quando se apresentam como sujeitos “atacantes” (Braghini; Sepulveda, 2022, p. 26).

Em relação ao contexto educacional, essa ideologia se apresenta em diversas dimensões, contemplando desde a definição de currículos até a regulação do comportamento estudantil.

A política educacional brasileira vem acendendo as pautas conservadoras, tendo como base os objetivos moralizantes, normativos e desqualificadores de diferentes grupos sociais. O movimento “Escola Sem Partido” (ESP) é um exemplo disso. Este tenta impedir que as discussões sobre temas políticos e de costumes ocorram nas instituições escolares, sob alegação de que essas discussões estão destruindo a “tradicional família brasileira”; e os professores estariam doutrinando os alunos, ensinando-os a serem “esquerdistas” e “comunistas”. Essas práticas encontraram apoio em grupos religiosos, em especial e majoritariamente, de uma determinada perspectiva extremista, mas não exclusivamente evangélica ou mesmo fundamentalista (Braghini; Sepulveda, 2022, p. 27).

Neste sentido, infere-se que, a implementação de políticas educacionais neoconservadoras, especificamente, as brasileiras, conforme é possível observar no estudo desenvolvido por Lima & Hypolito (2019), as iniciativas priorizam a instrução sobre temas de moralidade e ética, muitas vezes alinhadas com visões religiosas (em sua dominância cristã), culturais específicas ou alinhada à política de direita. Além disso, a crítica ao multiculturalismo e à diversidade de perspectivas é uma característica notável, uma vez que essas abordagens são frequentemente vistas como fontes de divisão social.

Outro aspecto de grande valia no campo do neoconservadorismo na educação, de acordo com Lima & Hypolito (2019) e Braghini & Sepulveda (2022) é a oposição a métodos pedagógicos progressistas, que enfatizam a autonomia do discente e a abordagem interdisciplinar. De acordo com Corsetti (2019) a perspectiva neoconservadora tende a valorizar práticas que asseguram uma abordagem mais estruturada e disciplinada ao aprendizado, muitas vezes através de um currículo centralizado e padronizado.

A discussão em torno do neoconservadorismo nas escolas também envolve o debate sobre a segurança e a disciplina (Coimbra; Sousa, 2020). Propostas que defendem a rigidez nas normas de conduta e a implementação de medidas de controle comportamental são comuns. Esse enfoque busca criar um ambiente escolar que se considera propício para a aprendizagem, ao minimizar comportamentos considerados disruptivos.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Se o neoconservadorismo afirma que o professor é o inimigo, esqueceu-se de completar: o professor que acredita na educação democrática é, sim, o inimigo da desdemocracia em curso e, por isso, seguirá sendo resistência (Passos; Mendonça, 2021, p. 29).

As manchetes jornalísticas apresentam-se como potentes artefatos de regulação e subjetivação, que salientam e materializam os processos de disputa e concepções de educação, currículo e formação. As representações das/nas manchetes de jornais produzem significados, que potencializam a vigia dos/as outros/as, nesse caso, dos/as colegas professores/as - essa regulação do outro também é fruto da competição e individualismo que a lógica neoliberal impõe - e o autogoverno, onde o próprio sujeito internaliza os jogos de poder e mecanismos exteriores e se autoconduz, se autodisciplina, se autoregula (Foucault, 1993). Foucault também denomina esse movimento autorregulatório de *cuidado de si*. Esta noção:

[...] designa sempre algumas ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos. Daí, uma série de práticas que são, na sua maioria, exercícios, cujo destino (na história da cultura, da filosofia, da moral, da espiritualidade ocidentais) será bem longo. São, por exemplo, as técnicas de meditação; as de memorização do passado; as de exame de consciência; as de verificação das representações na medida em que elas se apresentam ao espírito (Foucault, 2006, p 14-15).

Contudo, o que nos interessa aqui é demonstrar como as manchetes veiculam projetos de educação e sociedade em disputa, e como atravessam o fazer docência. Pensando assim, a docência como ato afetivo. Afetivo enquanto substantivo, como cuidado, carinho e acolhida. Mas também como verbo, no sentido de afetar, mexer, tocar, transformar (Dal'Igna, 2023).

A partir da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, vários embates foram marcados no campo político, sobretudo, se tratando da inserção das discussões de gênero e sexualidade no Plano Educacional Brasileiro (Reis; Eggert, 2017). Neste momento, grupos reacionários - especialmente religiosos evangélicos - uniram-se para propagar o fenômeno denominado “Ideologia de gênero”, produzindo um pânico moral na sociedade (Reis; Eggert, 2017). Esses grupos conservadores acusavam professores/as por doutrinação, dizendo que iriam incentivar os alunos a tornarem-se homossexuais e assim acabar com a família e com a ordem moral hegemônica (Passos e Mendonça, 2021). Paulatinamente, muitas famílias e alunos começaram a vigiar e regular docentes nas salas de aula, inclusive fazendo filmagens.

É importante salientar que muitos políticos encorajaram esses atos de controle do professorado. Nas palavras de Passos e Mendonça (2021): “os discursos proferidos por figuras públicas ocupantes de cargos no Executivo e no Legislativo vêm sendo acompanhados por um acréscimo de episódios abertos à perseguição a docentes em todo o país” (Passos; Mendonça, 2021, p. 9). Muitos utilizaram desse movimento para ganhar

ascensão no campo político, ou seja, usaram a educação como palco para propaganda política (Bortolini, 2023).

FIGURA 1 - Manchete 1

Bolsonaro mudará livros didáticos em 2021

ESQUERDA

O presidente Jair Bolsonaro disse que a partir de 2021 os livros didáticos distribuídos às escolas terão a bandeira do Brasil na capa, Hino Nacional e um estilo mais "suave", pois, para ele, há "muita coisa escrita" nas publicações atuais.

"Os livros hoje em dia, como regra, é um montão, um amontoado... Muita coi-

sa escrita, tem que suavizar aquilo", afirmou Bolsonaro pela manhã em frente ao Palácio da Alvorada.

O presidente ainda repetiu críticas à educação brasileira e ao educador Paulo Freire, tido como um dos principais pensadores da história da pedagogia mundial. "Tenho de buscar meios para tirar 12 milhões, 13 milhões do desem-

prego no Brasil. Diminuir a pobreza. Consertar esse sistema educacional lixo que está aí, baseado em Paulo Freire", disse o presidente, sendo aplaudido por seus apoiadores.

Bolsonaro afirmou defender "ensino que vá ser útil" e sem "essa historinha de ideologia de gênero".

"Os idiotas achando que vão definir o sexo (da crian-

ça) até os 12 anos. Tem livros que vamos ser obrigados a distribuir esse ano ainda, levando-se em conta a sua feitura em anos anteriores. Tem que seguir a lei. Em 2021, todos os livros serão nossos. Feitos por nós. Os pais vão vibrar. Vai estar lá a bandeira do Brasil na capa, vai ter lá o Hino Nacional", declarou. (Estadão Conteúdo)

ESQUERDA

As críticas ao resultado do Brasil na prova do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), o presidente Jair Bolsonaro disse que os alunos não sabem realizar cálculo simples, como regra de três. Ele afirmou que a esquerda "planteia" militância nas escolas e que o Colégio Pedro II, no Rio, tem merlines de sala e MST "lá dentro".

Fonte: A Tribuna (2020)

Essa perseguição e ataque aos/as docentes partiu, inclusive, do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal), em seu mandato (2019-2022). Bolsonaro, desde o início da sua trajetória política, propagou discursos reacionários e fundamentalistas. Porém, quando ele se candidatou à presidência, sua voz e seus ideais ganharam maior proporção e força. Jair Messias, dizia constantemente estar ao lado da família brasileira, além de usar outras estratégias para produzir uma espécie de pânico moral, como a falácia da Ideologia de Gênero, a demonização de Paulo Freire e seus apoiadores e a proposta do Escola sem Partido. Essas estratégias dividiram o povo brasileiro, com termos como "nós" e "eles". Na manchete supracitada, Bolsonaro afirma: "Em 2021, todos os livros serão **nossos**. Feitos por **nós**. Os pais vão vibrar". De acordo com Passos e Mendonça (2021), os grupos reacionários criam inimigos como forma de substanciar seus projetos, e, neste caso, os/as professores/as ocuparam esse posto.

FIGURA 2 - Manchete 2

SANTA CATARINA 

Deputada estadual do PSL eleita por SC incita alunos a filmar e denunciar professores

Secretaria de Educação assegura 'liberdade de ensino' e diz que uso de celulares é proibido em escolas públicas e privadas do estado.

Fonte: G1 SC (2018)

Como apontamos nos procedimentos metodológicos, pouco a pouco, o ex-presidente passou a influenciar políticos/as locais, onde alguns/as destes/as, incentivaram a perseguição e regulação de professores e professoras, como a deputada estadual de Santa Catarina, Ana Caroline Campagnolo (PSL), que incitou, em 2028, alunos e alunas a filmarem e denunciarem docentes. Segundo Bortolini (2023):

Não há democracia quando se permite proibir, pela lei ou pelo terror, a abordagem de determinados temas e conhecimentos na escola. Ao contrário, a censura do currículo escolar e a intimidação dos professores são características típicas de regimes autoritários [...] O debate sobre gênero na escola é fundamental para a democracia não apenas porque ele contribui para a garantia dos direitos de certos grupos minoritários, como as LGBTQIA+, ou mesmo majoritários, como as mulheres, mas porque a perspectiva que essa política traz excita noções basilares para o regime democrático como um todo (Bortolini, 2023, p. 138-139).

Como destacado anteriormente, discussões críticas sobre gênero e sexualidade não contribuem apenas com grupos marginalizados. Certamente, alguns grupos sofrem mais com as desigualdades e violências de gênero e sexualidade, mas todos são atravessados sutilmente e capilarmente por microviolências e regulações desse âmbito. Além de que, sem um debate crítico e democrático que educaremos uma sociedade tão binária, hierárquica e agressiva, e aqui a escola apresenta-se com um *lócus* fundamental e potencializador.

FIGURA 3 - Manchete 3

SANTA CATARINA 

Prefeito de Criciúma demite professor por exibir clipe de música de Criolo com temática LGBTQIA+ em aula de artes

Em um vídeo publicado nas redes sociais, Clésio Salvaro (PSDB) disse que a administração não concordava com divulgação do conteúdo "erotizado" e com "viadagem na sala de aula". Clipe tem 1,2 milhão de visualizações, e música foi indicada ao Grammy Latino em 2019.

Fonte: G1 SC (2021)

Este caso, que ganhou visibilidade e movimentos tanto de oposição como de defesa, ocorreu no município de Criciúma, no Extremo Sul Catarinense (2021), onde um professor de Arte da rede municipal foi exonerado por exibir o clipe da música "Etérea", do cantor Criolo, para uma turma de 9ª ano - o clipe possui uma temática LGBT+. Além disso, após o ocorrido, o prefeito do município, Clésio Salvaro - Partido Social Democrático (PSD)-, gravou um vídeo dizendo que não aceitava "viadagem" na sala de aula, e que enquanto ele estivesse no poder casos como aquele não se repetiriam.

A sequência de atos homofóbicos e autoritários do prefeito de Criciúma, coloca em xeque a crença popular de que a simples menção ou representação de sujeitos contra-hegemônicos pode influenciar os/as alunas a desviarem a norma cis-heteronormativa (Britzman; Silva, 1996), e ao mesmo tempo, evidencia o medo de uma transformação na conjuntura social e nas relações de poder.

Porém, há uma grande contradição no discurso desses grupos reacionários: ao mesmo tempo que creem em uma perspectiva essencialista de gênero e sexualidade, denunciam seu medo de serem influenciados por condutas contra-hegemônicas. Desse modo, há um enfraquecimento da noção de gênero enquanto natural: quando se vê a subversão como perigosa e contagiante evidencia-se o caráter histórico e social de gênero e sexualidade (Louro, 2001; Louro, 2018).

FIGURA 4 - Manchete 4



Professora é demitida após ser filmada ensinando linguagem neutra em escola privada de Santa Catarina

Profissional dava aula para turmas de 6º e 7º ano do ensino fundamental; colégio afirmou que explicações foram dadas às famílias

Fonte: O Globo (2023)

No município de Videiras, em 2023, uma professora foi demitida por explicar a função social da linguagem neutra e sua potência enquanto ampliação dos direitos humanos da comunidade LGBTQIAPN+. A professora foi filmada por um aluno em sala de aula e, posteriormente, denunciada pelo deputado Jessé Lopes (PL-SC), chegando a ser demitida da instituição privada.

Contudo, os ataques à docência não ocorreram somente relacionados à situações onde professoras/es abriram debates sobre gênero e sexualidade na escola, mas também quando defenderam discentes que subvertiam as normas de gênero e sexualidade, ou seja, alunos e alunas assumidamente LGBTQ+. Como apresentamos na manchete em sequência:

FIGURA 5 - Manchete 5



Fonte: Intercept (2023)

Aqui, ainda em Santa Catarina, na cidade de Florianópolis (SC), uma Orientadora Educacional foi perseguida, durante os anos de 2022 e 2023, por defender o uso do banheiro feminino por aluna trans. A profissional foi atacada e confrontada na escola pela

mãe de dois alunos, dizendo que a Orientadora “não valia nada” e que estava “passando pano para coisas erradas”. Além de ser desrespeitada e ter seu trabalho e seu profissionalismo questionados, a profissional foi ameaçada fisicamente por responsáveis e, inclusive, teve seu carro alvejado por pedras, ovos e limões. A Orientadora chegou a ficar 15 dias afastada, sem remuneração. Essa situação se fortaleceu com a movimentação de políticos de direita e extrema direita de Florianópolis, grande parte ligados ao Partido Liberal, que potencializaram o pânico moral na cidade, denunciando a educadora no plenário e em redes sociais por ideologia de gênero e por supostamente induzir a sexualização infantil.

Corroborando com a nossa escrita Balieiro (2018), aponta que desde o início do movimento Escola Sem Partido, mães favoráveis ao projeto, construíram e popularizaram slogans como “meus filhos, minhas regras” ou “não se meta com meus filhos”, atacando professores/as, em especial, os/as que defendiam debates relacionados à gênero, sexualidade e política na escola.

Nesse sentido, concordamos com Britzman e Silva (1996,) quando dizem que “O conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, contagiosos e predatórios” (Britzman; Silva, 1996, p. 80). Neste caso, essas pessoas “perigosas, contagiosas e predatórias” são os professores/as que defendem a vida (Paraíso, 2019), a democracia e os direitos humanos e os sujeitos que subvertem as normas de gênero e sexualidade.

Como destacam Passos e Mendonça (2021), os/as defensores/as da Escola sem Partido e contrários à falaciosa “Ideologia de Gênero”, desejam que os/as educadores/as tenham uma prática educativa neutra e imparcial. Estes neoconservadores argumentam que o papel da escola é apenas ensinar, onde educar fica como responsabilidade da família. Trago assim duas questões que merecem problematização: Será que existe prática educativa neutra? E será que existe docente que não ensine gênero e sexualidade em sua prática pedagógica?

Para tentar responder a primeira questão, podemos nos apoiar em Freire (2000) e Saviani (1999). Os dois teóricos destacam a impossibilidade da neutralidade no fazer docência. A prática educativa envolve escolhas, interesses e desejos e, por isso, possui um caráter altamente político. Em linhas gerais, ou você trabalha em prol da manutenção da sociedade ou para transformá-la. Toda prática educativa possui uma intencionalidade.

Nessa mesma linha de pensamento, porém tratando do currículo, Tomaz Tadeu da Silva (1996), nos faz pensar que este artefato social, que é construído e vivido socialmente, é carregado de interesse, poder e ideologia. O currículo - aqui pensado não somente como um emaranhado de conteúdos e disciplinas, mas como toda atividade que ocorre dentro da escola e o que a influencia e atravessa - apresenta narrativas e representa ou não sujeitos de determinadas maneiras, produzindo significados sobre conhecimento, organização social, moralidade, grupos sociais específicos. Por isso, o currículo “[...] está centralmente envolvido

naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz” (Silva, 2001, p. 27).

Já para problematizar a segunda questão, podemos partir das teorizações de Louro (2001, 2008 e 2018). Para a pesquisadora em questão, é impossível fazer docência sem ensinar gênero e sexualidade. Em outras palavras, nós ensinamos e somos ensinados o tempo todo e em todos os lugares como devemos nos portar e como e com quem devemos nos relacionar socialmente, afetivamente e sexualmente a partir de nossos aspectos biológicos. Desse modo, ela propõe pensarmos gênero e sexualidade como pedagogias. A autora supracitada aponta que:

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo (Louro, 2008, p. 2).

Ademais, tendo em vista a conjuntura atual, marcada pela violência e (re)produção de desigualdades de gênero e sexualidade, uma escola efetivamente democrática e pautada nos Direitos Humanos deveria estar comprometida em

[...] refletir sobre desigualdades e preconceitos, mostrando o quando em muitas sociedades as diferenças acabam se transformando em desigualdades, excluindo grupos e até mesmo matando pessoas por causa da cor da pele ou pelo fato de serem mulheres, crianças, gays, lésbicas, transexuais, intersex, pobres, ou ainda por pertencerem a determinada religião ou serem oriundos deste ou daquele país ou região. A escola, em todos os níveis, deve ter como princípio básico a ampliação do conhecimento de seus/suas alunos/as, professores/as e demais profissionais que nela atuam. Neste sentido, qualquer tema que as crianças tragam para o debate deve ser discutido e problematizado (Felipe, 2019, p. 239).

Os neoconservadores desejam que os/as docentes tenham uma prática neutra e não debatam gênero e sexualidade na escola, acusando os que resistem de ideólogos de gênero. Mas não compreendem que eles, mais do que ninguém, produzem e marcam corpos desde antes do nascimento, como no chá revelação - uma festa dividida pelo azul e rosa e por dois nomes binários - (Oliveira, 2020), ou um pouco posteriormente, quando colocam um brinco na menina recém nascida e no menino não. Isso não seria uma Ideologia? Uma ideologia que violenta, divide e marca?

Contudo, mesmo com essa força neoconservadora, há docências que resistem cotidianamente no chão da escola, que subvertem normas, que defendem a vida, que acolhem, que problematizam as desigualdades e violências, que se negam a contribuir com a manutenção da sociedade contemporânea. Certamente, essa onda neoconservadora afetou a educação, atravessou as práticas e planejamentos, mas não paralisou todos. Paraíso (2019), apresentou em uma pesquisa, relatos de professores que criaram formas criativas, práticas inventivas, para manterem-se apoiados na construção de uma escola acolhedora e múltipla. Professoras/es que, mesmo com currículos excludentes, criaram mecanismos, construíram coletivos e pontes para um outro mundo possível.

Como destaca Foucault (1988, p. 90): “Onde há poder, há resistência”. Certamente, ele não se refere à uma resistência da grande recusa, altamente revolucionária, “Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício”. Resistências que ocorrem potencialmente a partir de ações micro que podem se espalhar chegando a dimensões macro. Pensando na educação escolar, ou melhor, na(s) docência(s) subversiva(s), podemos localmente modificar cenários e afetar outros professores e professoras solitários/as, amedrontados/as, coagidos/as. Ou nas palavras de Paraíso (2010) trata de um movimento de:

Deixar escapar, vazar sensações: uma corrente de energia. Fazer cortes provisórios na multiplicidade existente somente para espalhar, potencializar e seguir outras direções. Mostrar nossos pensamentos e paixões concretas que, em um currículo, arrancam-nos de nossa paralisia e dos poderes que fazem complô para que não pensemos nada. Partilhar! Compartilhar! Viajar sem mapas prévios! Fazer outros traçados! Fugir! Fazer composições e conexões! Inventar a cada vez suas orientações. Aprender! Gerar possibilidades de aprendizagem em contextos insuspeitados. Aumentar a potência de agir. Metamorfosear! Movimentar o próprio pensamento. Escapar das tentativas de captura. Deslizar. Fugir e criar um outro currículo que é e será único, inapreensível, incomunicável (Paraíso, 2010, p. 602).

As professoras e professores denunciados nas manchetes sabiam o risco que corriam, pois não são casos isolados e o Presidente da República Bolsonaro já vinha fazendo diversas falas de ataque às discussões de Gênero. Desse modo, podemos perceber que estes docentes de forma corajosa e engajada negavam o apequenamento da vida e defendiam a multiplicidade dos modos de viver e existir.

Portanto, mais do que mapear como os grupos reacionários vão ampliando seus espaços de atuação, destruindo liberdades, provocando medos, controlando os currículos escolares e

convencendo alguns que não há saídas, interessam-me as resistências construídas todos os dias por professoras/es, nas escolas e em outros espaços, às imposições dos grupos reacionários. Afinal, é a criação inventiva que nos fará sair desse abismo a que fomos atiradas/os (Paraíso, 2019, p. 1418).

Mas como nos lembra Gal Costa: “*é preciso estar atento e forte*”. Como compreendemos os tempos tão sombrios que estamos vivenciando, mas que não anulam a possibilidade dos raios de luminosidade, atentos já estamos permanentemente. Porém, a força precisa ser construída e fortalecida. A partir da criação de redes podemos sair desse abismo. Participar de sindicatos, movimentos sociais, grupos em universidades e órgãos de defesa podem contribuir pedagogicamente, politicamente e juridicamente. Além de formar alianças dentro da própria escola, com colegas, famílias, alunos e comunidade (Bortolini, 2023).

Dito isso, o neoconservadorismo exerce uma forte influência sobre as práticas pedagógicas e as políticas escolares, afetando diretamente o cotidiano das professoras e professores, que se veem cada vez mais desafiados a conciliar os princípios democráticos e inclusivos com uma agenda política que busca restringir o debate sobre temas como gênero, sexualidade e diversidade.

A imposição de valores tradicionais e normas rígidas, associada à pressão para “normalizar” o ensino, cria uma tensão constante entre os educadores e educadoras e as diretrizes políticas que deslegitimam abordagens críticas e inclusivas.

Nesse cenário, as contradições se tornam evidentes: por um lado, as políticas educacionais enfatizam a necessidade de formação cidadã e promoção da diversidade, enquanto, por outro, as práticas neoconservadoras buscam minar esses princípios, acusando-os de doutrinação.

A resistência de docentes a essa imposição, como prática política, pode ser compreendida a partir das ideias de Bourdieu sobre o *habitus* e o campo social, onde os educadores, ao persistirem na defesa de uma educação inclusiva, desafiam as estruturas de poder que buscam controlar o espaço escolar. A prática cotidiana dos docentes, ao insistirem em trabalhar temas de gênero e sexualidade, se torna uma forma de resistência ao poder disciplinar que, segundo Foucault (1993), visa normatizar e silenciar discursos dissidentes.

Assim, a ação dos professores, mesmo em um contexto de adversidade, é de grande valia para a construção de uma escola mais inclusiva e acolhedora, onde a diversidade não apenas é respeitada, mas também vista como um valor essencial para a formação de uma sociedade democrática e plural.

Em síntese, as manchetes de jornais podem assustar, amedrontar e tentar paralisar os/as docentes, mas sua efetivação nunca é completa. Professoras e professores lutam, cotidianamente, fazendo fissuras no currículos, buscando brechas, criando práticas

inventivas, acolhendo e multiplicidade de sujeitos, deslocando, subvertendo, transformando. Essas práticas criativas nos mostram que há saída, que temos possibilidades de construirmos uma escola outra, um mundo outro. Docências estas que espalham, pulverizam, afetam e encorajam outras docências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou compreender os atravessamentos do neoconservadorismo, sobretudo, da falácia da Ideologia de gênero, na escola e os movimentos de resistência de professoras e professores. Ao longo da análise, evidenciou-se como as manchetes de jornais atuam não apenas como registros de eventos, mas como instrumentos de regulação social, moldando percepções e comportamentos que afetam diretamente a prática docente.

A narrativa construída em torno da figura do professor como "*inimigo*" por parte de grupos reacionários revela um contexto de disputa por valores e concepções de educação. Professores que se comprometem com a educação democrática, que acolhem a diversidade e promovem discussões sobre direitos humanos, se tornam alvos de ataques, frequentemente encorajados por figuras políticas. Este cenário não apenas gera um clima de medo e vigilância, mas também provoca uma resistência significativa por parte de educadores que buscam criar um espaço escolar mais inclusivo e acolhedor.

Através das análises apresentadas, infere que o discurso da "neutralidade" na educação é uma falácia. A prática educativa está imersa em escolhas políticas, sociais e culturais que moldam tanto o currículo quanto às interações dentro da sala de aula. A ideia de que a educação pode ser isenta de valores é insustentável, e a resistência dos educadores revela a necessidade de uma prática crítica que questione as normas estabelecidas.

Outrossim, ao reconhecer as estratégias criativas e inventivas de professores que, mesmo diante de um ambiente hostil, continuam a promover a inclusão e a diversidade, enfatizamos a importância da solidariedade e do apoio mútuo entre educadores. Essas práticas não apenas desafiam a lógica do controle e da vigilância, mas também abrem espaço para a construção de um ambiente escolar onde todos os sujeitos possam ser respeitados e valorizados.

Em síntese, ao refletir sobre as tensões entre conservadorismo e resistência, destaca-se que as ações individuais podem gerar transformações coletivas. A resistência não é apenas um ato de oposição, mas um processo contínuo de criação e invenção que busca um futuro mais justo e democrático. Portanto, a luta pela educação inclusiva e pelos direitos humanos deve persistir, incentivando a formação de novas narrativas que subvertem a lógica do medo e da exclusão.

Para estudos futuros, recomenda-se uma investigação mais aprofundada sobre o impacto das políticas neoconservadoras nas regiões periféricas do Brasil, onde as dinâmicas sociais e culturais podem amplificar as tensões entre as políticas educacionais inclusivas e as resistências locais.

Além disso, recomenda-se uma análise de como essas políticas afetam redes de ensino específicas, como as escolas públicas municipais ou estaduais, e como diferentes contextos regionais influenciam as práticas pedagógicas e a implementação de currículos relacionados a gênero e sexualidade.

Por fim, a pesquisa também poderia explorar as estratégias de resistência dos educadores nesses contextos, além de investigar o papel das famílias e das comunidades no fortalecimento ou na contestação dessas práticas educacionais.

REFERÊNCIAS

AMARO, Ivan. A docência amordaçada: o silenciamento das relações de gênero e sexualidade no PNE e nos Planos Municipais de Educação. **Seminário Internacional De La Red Estrado–Movimientos Pedagógicos Y Trabajo Docente In Tiempos De Estandarización**, v. 11, 2018. Disponível em: https://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo8/91.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

ARAÚJO, Luciene Vianna de. **Educação em direitos humanos e a efetivação das políticas públicas de formação docente em Vila Velha-ES**. 2023. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Programa de Pós-graduação em Segurança Pública - Universidade Vila Velha - ES, Vila Velha, 2023.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos pagu**, p. e185306, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KttpD5GkPYPjH69DZxw6VcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BARROS, José D.'Assunção. Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. **Revista Portuguesa de História**, v. 52, p. 397-419, 2021. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rph/article/view/8691>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BATISTA, Jéssica Holanda de Medeiros. **Educação em direitos humanos em escolas integrais cidadãos de ensino médio de João Pessoa**: aproximações e deslocamentos. 2022. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (PPGDH/CCHLA/UFPB), João Pessoa, 2022.

BORTOLINI, Alexandre. **É pra falar de Gênero Sim**: Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação. Brasília, 2023.

BRAGHINI, Katya; SEPULVEDA, José Antonio. “Saber a verdade que ninguém conta”: neoconservadorismo brasileiro, educação, formação e a “destruição” do ensino público. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 8, p. 21–44, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/70970>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BRITZMAN, Deborah; SILVA, Tomaz Tadeu da. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96,

jan./jun. 1996. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232048>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COIMBRA, Leonardo José Pinho; DE SOUSA, Ana Paula Ribeiro. Conservadorismo e (neo)positivismo na educação brasileira: o movimento escola sem partido. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 58, p. 67-77, abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9035>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil. **Educação. UNISINOS**, São Leopoldo, v. 23, n. 4, p. 774-784, out. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102019000400774. Acesso em: 12 jun. 2024.

DAL'IGNA, Maria Cláudia. **Nós da docência**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023 (no prelo).

DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DOMINGUES, Jonathan Machado; SENA, Matheus Reuter. O letramento de gênero e sexualidade na formação docente. **Devir Educação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. e-840, 2024. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/840>. Acesso em: 21 nov. 2024.

FELIPE, Jane. Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, p. 238-250, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**, V.1: A vontade de saber. Graal ed. Rio de Janeiro: 1988.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michael. **A Hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alvez da Fonseca; Salme Tannus Muchail. Organização de Frédéric Gros; François Ewald; Alessandro Fontana. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Alegre: Zouk, 2019.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/escritas/article/view/1629>. Acesso em: 10 out. 2023.

LIMA, I. G. DE.; HYPOLITO, Á. M.. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. e190901, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxJyKYs6XjMBJSrD6fwBJx/>. Acesso em: 10 out. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, v. 2, p. 07- 34, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, p. 17-23, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica, 2018.

MORAES, Marcelo et al. Educação Física escolar: espaço de questionamento das masculinidades hegemônicas?. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2408>. Acesso em: 06 jun. 2024.

OLIVEIRA, Vanessa Fonte. 'Tá grávida do que?':(re) pensando as relações de gênero no Chá de Revelação (♀≠♂). Wamon-**Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM**, v. 5, n. 1, p. 153-164, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/7133>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Diferença no currículo. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 587-604, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MnrBfYmbrZ4zfVqD3C5qkYp/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves. O currículo entre o que fizeram e o que queremos fazer de nós mesmos: efeitos das disputas entre conhecimentos e opiniões. **Revista e-curriculum**, v. 17, n. 4, p. 1414-1435, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/45925>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PASSOS, Pâmela; MENDONÇA, Amanda. **O professor é o inimigo**: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil. Mórula Editorial, 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 09-26, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidades terminais**: as transformações na política e na pedagogia da política. Petrópolis: vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Recebido em: 15/10/2024
Aceito em: 16/12/2024